NOTA TÉCNICA nº 33/2026 - 2ª/SL **08 de outubro de 2026**

Assunto: Processo nº 59520.001597/2026-21-e. Serviços de pavimentação em Bloco Intertravado de Concreto (bloquete), por Sistema de Registro de Preços – SRP, em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado da Bahia.

Valor Global: R$ 67.796.290,72 (sessenta e sete milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa reais e setenta e dois centavos), com data-base de outubro/2026.

- ✓ Item 1: Pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) – Região de Barreiras/BA: R$ 10.531.108,66 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil, cento e oito reais e sessenta e seis centavos), referente ao quantitativo estimado de 43.200 m² (com dimensões de 7,2 km de extensão por 6,0 m de largura) e valor unitário de R$ 243,77/m² (duzentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos por metro quadrado);
- ✓ Item 2: Pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) – Região de Bom Jesus da Lapa/BA: R$ 13.335.204,92 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e quatro reais e noventa e nove centavos), referente ao quantitativo estimado de 57.600 m² (com dimensões de 9,6 km de extensão por 6,0 m de largura) e valor unitário de R$ 231,51/m² (duzentos e trinta e um reais e cinquenta e um por metro quadrado);
- ✓ Item 3: Pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) – Região de Irecê/BA: R$ 12.431.290,96 (doze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos), referente ao quantitativo estimado de 57.600 m² (com dimensões de 9,6 km de extensão por 6,0 m de largura) e valor unitário de R$ 215,82/m² (duzentos e quinze reais e oitenta e dois centavos por metro quadrado);
- ✓ Item 4: Pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) – Região de Vitória da Conquista/BA: R$ 12.443.239,00 (doze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e nove reais), referente ao quantitativo estimado de 57.600 m² (com dimensões de 9,6 km de extensão por 6,0 m de largura) e valor unitário de R$ 216,02/m² (duzentos e dezesseis reais e dois centavos por metro quadrado);
- ✓ Item 5: Pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) – Região de Itabuna/BA: R$ 9.537.833,47 (nove milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos), referente ao quantitativo estimado de 43.200 m² (com dimensões de 7,2 km de extensão por 6,0 m de largura) e valor unitário de R$ 220,78/m² (duzentos e vinte reais e setenta e oito centavos por metro quadrado);
- ✓ Item 6: Pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) – Região de Teixeira de Freitas/BA: R$ 9.517.613,71 (nove milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e treze reais e setenta e um centavos), referente ao quantitativo estimado de 43.200 m² (com dimensões de 7,2 km de extensão por 6,0 m de largura) e valor unitário de R$ 220,31/m² (duzentos e vinte reais e trinta e um centavos por metro quadrado).

Unidade Demandante: 2ª/GRD/UIP.

Quanto à exigência do subitem 10.5 da minuta do Edital – Qualificação econômico-financeira:

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a Administração exija, nos termos da lei, qualificação

econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato.

A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento:

> *SÚMULA Nº 289. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (GRIFAMOS).*

É prerrogativa da administração, e via de regra, dever de aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela. Neste sentido, segue julgado:

> *"AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – PRINCÍPIOS DA ISONOMIA DOS CONCORRENTES E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – RECURSO DESPROVIDO. 1. O*
>
> *princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. 2.* ***A qualificação econômico-financeira objetiva a verificação da capacidade econômica do particular, de forma que fique resguardada a existência de condições suficientes e compatíveis com a posterior execução contratual****. (TJ-MT – AI:01506505720158110000 MT, Relator: MARIA APARECIDA RIBEIRO, Data de Julgamento: 14/05/2018, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Data de Publicação: 29/05/2018)."*

A administração deve ter habilidade ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame. Diante da legislação e da jurisprudência já citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado.

A Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal. Esta norma prevê parâmetros para a comprovação da boa situação financeira da entidade:

> "Art. 22. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:
>
> I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

Art. 24. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no art. 22 desta Instrução Normativa, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo".

Os indicadores de liquidez são importantes para avaliar a capacidade de pagamento das empresas. Assaf Neto, em sua obra "Estruturas e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-financeiro", expõe que "os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros". Discorre, ainda, especificamente sobre os principais índices de liquidez, a saber:

> "A **liquidez corrente** indica o quanto existe de **ativo circulante** para cada $ 1 de **dívida a curto prazo**. **Quanto maior** a liquidez corrente, **mais alta** se apresenta a **capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro**. (...)
>
> Esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada $ 1 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo.
>
> A **liquidez geral** é utilizada também como uma medida de **segurança financeira da empresa a longo prazo**, revelando sua **capacidade de saldar todos seus compromissos**."

A solvência geral visa saber se a entidade não está com passivo a descoberto, ou seja, situação líquida negativa. Esta situação contábil decorre de prejuízos econômicos em exercícios anteriores, na medida em que são reconhecidos no balanço patrimonial na conta redutora "(-) Prejuízos Acumulados".

Desta forma, para a avaliação da situação financeira, a adoção de índices que liquidezé apropriada e razoável para comprovar a capacidade de a entidade honrar com seus compromissos. Do mesmo modo, a exigência do índice de solvência é importante para selecionar empresas com boa situação econômica.

Em relação ao capital social mínimo ou ao patrimônio líquido mínimo, a escolha de qual será adotado é de competência da autoridade competente, conforme a IN nº 02/2018. Esta exigência, inclusive, é tema de súmula do Tribunal de Contas da União, a saber:

> "SÚMULA TCU 275: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços."

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a Codevasf disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Responsável pelas informações:

JOÃO CARLOS DE SOUZA MACHADO
Chefe da Secretaria Regional de Licitações – 2ª SR/SL
Decisão nº 788/2023